



Edição nº 145 | julho 2021



26º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL

**EMPRESAS TÊM SUAS INICIATIVAS RECONHECIDAS
NO PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL**

O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental tem por objetivo reconhecer as organizações do setor industrial que se destacam frente aos projetos ambientais implementados no Estado de São Paulo.

Em sua 26ª edição, a cerimônia de premiação transmitida pelo Youtube Fiesp em 30/06, marcou o fim do mês dedicado ao meio ambiente. Em razão da pandemia da Covid-19, esta edição do Prêmio contemplou inscritos nos anos de 2020 e 2021. Nesta edição, sagrou-se vencedora na categoria Micro e Pequeno Porte a empresa Eco Panplas. Já na categoria Médio e Grande Porte, a Hyundai Motor Brasil foi a vencedora.

Conheça os projetos das Campeãs e as empresas que receberam Menção Honrosa.

pág. 2

Destaques desta edição

Indústrias brasileiras estão transformando a realidade da Amazônia
pág.7

Criada a primeira entidade gestora de logística reversa de embalagens em geral do Brasil
pág.9

Finanças sustentáveis B3 faz mudanças no índice de sustentabilidade ISE B3
pág.10

Comissão Europeia cria cronograma de implementação do Ajuste de Fronteira de Carbono - CBAM
pág.11

**DESTAQUES**

pág. 13

**NO RADAR**

pág. 17

**DIPLOMAS
RECENTES**

pág. 18

**AGENDA**

pág. 20

ACONTECEU

26º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL

Hyundai Motors Brasil e Eco Panplas foram as vencedoras desta edição

Ações que promovam o bem-estar social e ambiental já têm espaço garantido no dia a dia das organizações e demonstram que exercem significativo impacto nos objetivos e valores, e também na estratégia e visão da empresa. O Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental é a evidência disso. Há 26 anos, a premiação reconhece e valoriza os melhores projetos do setor industrial que promovem o crescimento sustentável e a conservação dos bens naturais. Em razão da pandemia da Covid-19, esta edição do Prêmio contempla inscritos neste ano e em 2020.

A cerimônia de premiação aconteceu no dia 30/6, em transmissão on-line. Nesta edição, 40 empresas enviaram seus projetos para concorrer ao mérito. O evento marca o fim do mês dedicado ao Meio Ambiente, uma vez que o Dia Mundial do Meio Ambiente é vivenciado sempre em 5 de junho de cada ano.

Nelson Pereira dos Reis, vice-presidente da Fiesp e diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), da Fiesp e do Ciesp, afirmou que este é um momento muito especial e considerou que, passando a pandemia, deverá ser registrado um forte crescimento econômico, mas com novas premissas.

“Temos muitas dúvidas do que será este 'novo normal', mas, temos uma certeza: a necessidade imediata da chamada economia verde. Não serão mais aceitos padrões de consumo e produção que não sejam sustentáveis. As 26 edições deste prêmio são a prova de que certamente a nossa indústria está comprometida com o desenvolvimento sustentável e tende a intensificar suas ações neste sentido”, ressaltou.



Fotos: Everton Amaro/Fiesp

Anícia Pio, gerente do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp, apresentou os principais resultados das 26 premiações realizadas e fez questão de afirmar que todas as ações reconhecidas foram iniciativas voluntárias, ou seja, além do que a legislação ambiental exige de cada empresa. “Nosso objetivo é valorizar publicamente as companhias e também os seus colaboradores que fizeram e fazem os projetos saírem do papel. Tudo isso para demonstrar o quanto a indústria contribui e está comprometida com a sustentabilidade”, disse, ao contextualizar a importância do Prêmio.

Os números provam que a ética empresarial se aperfeiçoa de modo constante, com projetos que visam à sustentabilidade em qualquer campo (ambiental, social ou econômico), de forma mais destacada e já passaram a fazer parte do planejamento e desenvolvimento das companhias. O reconhecimento às empresas premiadas se dá por meio de troféus e placas de menção honrosa. Foram homenageados projetos finalistas nas categorias médio e grande porte e micro

e pequenas empresas.

Os diretores da Micro-Química e da Toyota, empresas vencedoras de edições anteriores do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, apresentaram os seus cases reconhecidos pela comissão julgadora e falaram da importância de terem um projeto certificado pela premiação.

Kalil Cury Filho, que é membro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), da Fiesp, e colider de Políticas Públicas e Instrumentos Econômicos da Coalizão Brasil, Clima Florestas e Agricultura falou sobre a nova visão da sustentabilidade. De acordo com ele, de um tempo para cá tem ocorrido a transição de uma economia tradicional para a modalidade colaborativa, ou seja, uma economia de fato regenerativa. “Incorporamos práticas de uma economia circular e estamos colocando em atuação o conceito de descarbonização da economia. Hoje, a sustentabilidade não é mais escolha. É condição. Não é mais custo. É investimento. Lucro e responsabilidade andam juntos e produtos com menos impacto, menos emissão, terão mais valor, mais atratividade”, complementou.

Conheça as empresas vencedoras do 26º PRÊMIO FIESP DE MÉRITO AMBIENTAL



Projeto: Sustentabilidade nos processos produtivos da Hyundai Motor Brasil

A fábrica da Hyundai Motor Brasil foi inaugurada em 2012, no município de Piracicaba, interior de São Paulo, com capacidade de produção anual de 220 mil carros. A unidade fabril da Hyundai Motor Brasil possui três prédios produtivos, além de um centro de pesquisa e desenvolvimento e uma área responsável por utilidades da fábrica.

A iniciativa da companhia foi reconhecida como a mais importante desta edição do 26º Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental. Para participar, a Hyundai apresentou os principais projetos desenvolvidos nos últimos anos, separados por departamentos, com a temática de sustentabilidade.

LOGÍSTICA – O departamento de logística da Hyundai, responsável pelo recebimento, armazenamento e distribuição das matérias-primas e insumos para a produção, identificou que uma das maiores fontes de geração de resíduos recicláveis se encontra nas embalagens e formas de recebimento de peças e demais partes do veículo de fornecedores e, com isto, buscou otimizar o procedimento de envio dos materiais. Não foi necessário investimento algum, apenas a conscientização da não geração de resíduos junto aos parceiros.

ESTAMPARIA – A principal matéria-prima para o processo de estampagem das partes da carroceria do veículo é o aço, recebido na Hyundai em forma de bobinas com espessuras e

ACONTECEU

larguras específicas para determinados moldes da carroceria. Durante o processo de corte das chapas de aço havia a perda de uma significativa parcela destinada, posteriormente, para a reciclagem. Houve uma redução na largura das bobinas fornecidas a fim de se evitar o desperdício dessa matéria-prima nos processos de corte e estamparia. Além disso, visando minimizar ainda mais as perdas, também foi implantada uma caixa coletora dos cortes das chapas de aço desprezadas pelos moldes. Esse material recolhido é utilizado por fornecedores de itens metálicos para a confecção de pequenas peças da carroceria de dois modelos de veículos.

PINTURA – Após o processo de estampagem e solda da carroceria, faz-se necessário preparar o veículo para receber tinta e verniz. Na etapa de retirada das impurezas, os diversos enxágues demandam alto consumo de água. Assim, foi alterada a posição de entrada de água e instalado um medidor de vazão para controlar a entrada dela no tanque. Para que a secagem seja efetiva, as estufas precisam ser aquecidas. A companhia decidiu reduzir em quatro horas o tempo de acionamento das estufas sem comprometer a qualidade do processo.

TROCA DAS LÂMPADAS CONVENCIONAIS POR LED – Este projeto teve como objetivo a substituição das lâmpadas convencionais (vapor metálico) por luminárias LED em todo o sistema viário existente nas dependências da Hyundai Motor Brasil e da pista de testes dos veículos produzidos, com vistas à redução do consumo de energia elétrica, da geração de resíduo perigoso (lâmpadas de vapor metálico), bem como aumento da vida útil desses produtos.



Projeto: Reciclagem a Seco de Embalagens Plásticas Contaminadas

A Eco Panplas desenvolveu, em um período de três anos, solução tecnológica que descontamina e recicla ecologicamente os recipientes de plástico, sem usar água ou produzir resíduos. O processo utiliza um desengordurante ecológico formulado pela companhia que pode ser separado do contaminante, mantendo as características de ambos. Segundo Felipe Cardoso, CEO da empresa Eco Panplas, a intenção não é ganhar dinheiro, mas, sim, prestar serviço a quem precisa destinar adequadamente esse resíduo. “Portanto, é possível recuperar o desengordurante para reutilização e o contaminante, o óleo, para venda. A tecnologia, 100% brasileira, também é a única deste tipo no

mundo. Envolve uma linha de produção automatizada de alta capacidade, composta por equipamentos que executam nove processos, cuja operação é 30% mais barata que o processo de água usado hoje pelos concorrentes. Melhor ainda, o processo produz um plástico reciclado de excelente qualidade, que pode ser transformado em novas embalagens compostas por 100% de material reciclado”, destacou.

De acordo com Cardoso, o modelo de negócios da companhia se baseia no seguinte: “Compramos as embalagens de empresas ambientais que as coletam em postos de gasolina, oficinas e revendedores; realizamos nosso processo e vendemos o óleo para a indústria de refino e essa matéria-prima para a indústria de embalagens, que pode fabricar uma nova embalagem de óleo, sem o uso de material virgem e com 10% de redução de custos, realizando uma verdadeira economia circular. Além de ter um custo menor, nos últimos 2 anos, a Eco Panplas iniciou sua operação, em escala de produção, em sua planta produtiva localizada em Hortolândia, no interior de São Paulo. Nela, processou 10 milhões de embalagens, recuperando mais de 500 toneladas de plástico, comercializadas com a Braskem, e 17.000 litros de óleo, vendidos para refinar à indústria Lwart, que produz novo óleo”.

MENÇÕES HONROSAS

Receberam menções honrosas frente aos projetos apresentados:

CATEGORIA GRANDE PORTE

- **Camargo Corrêa Infra Construções** – Redução do impacto de obras de infraestrutura com a implementação de indicadores proativos;
- **Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A.** – Balanço energético positivo mediante a compostagem de resíduos de poda arbórea e de escolas de acordo com o programa de eficiência energética do Grupo Energisa;
- **Pastificio Selmi S.A.** – Selmi Transforma;
- **Termotécnica Ltda** – Programa Reciclar EPS – Da logística reversa a novos produtos;
- **Whirlpool Latin America** (unidade Rio Claro) – Projeto Guardiões Ambientais.

CATEGORIA MICRO E PEQUENO PORTE

- **Petroperfil Indústria de Perfis Plásticos Ltda.** – O caminho do perfil plástico na cidade de Itupeva, São Paulo;
- **Polpel Recuperação e Comércio de Fibras de Aparas de Papel Ltda.** – Reciclagem do Papel Liner: uma opção sustentável e o retorno da sua cadeia produtiva.



CONSULTE O DDS FIESP/CIESP

As equipes do Departamento de Desenvolvimento Sustentável da Fiesp e do Ciesp estão empenhadas em diversas frentes de trabalho para amenizar os impactos das obrigações ambientais nas atividades do setor produtivo e auxílio na busca de oportunidades

Para entender melhor as necessidades de seu setor ou indústria, envie seu questionamento, quanto à questões ambientais afetas à sua atividade, por meio do canal: cdma@fiesp.com.br

ACONTECEU

Importância do Prêmio MÉRITO AMBIENTAL

2005 – 2020/2021

380 empresas
participantes

702 projetos
inscritos

27 empresas
do setor
automobilístico

33 empresas
do setor químico
e farmacêutico

21 empresas dos
setores metalúrgico
e siderúrgico

16 empresas da
construção civil

16 empresas
sucroenergético

18 empresas
do setor de
alimentos

178 empresas
de setores
diferenciados

REDUÇÃO DE

**10,4 milhões
de toneladas**
de resíduos sólidos gerados
= **743.496 carretas**
de 2 eixos

26,2 milhões de toneladas
de resíduos que seriam encaminhados ao aterro
= **2.912.917 caminhões**
compactadores de lixo

430 mil toneladas
de consumo de insumos e matéria-prima
= **8.598.926 sacos de cimento**

409 mil MWh de energia
= **13.636.015,5 geladeiras**
em funcionamento
durante 30 dias

11 milhões de toneladas de CO²
= **3.541.222 veículos**
movidos a gasolina
circulando 10 km por dia

16 bilhões de litros
de efluentes líquidos gerados
= **6.641 piscinas olímpicas**

R\$ 2.625.175.159,7 investidos = o valor de 52.503 carros populares

1.419.060 pessoas
envolvidas nos projetos
= **18 vezes a lotação**
do estádio do Maracanã

104 bilhões de litros
de água reduzida, reaproveitada ou recirculada
= **41.709 piscinas olímpicas**

14.695.566 mudas plantadas
= **948 vezes**
a quantidade de árvores
do parque Ibirapuera

Para assistir a íntegra da cerimônia, acesse o link:
<https://bitly.com/jNPoE>

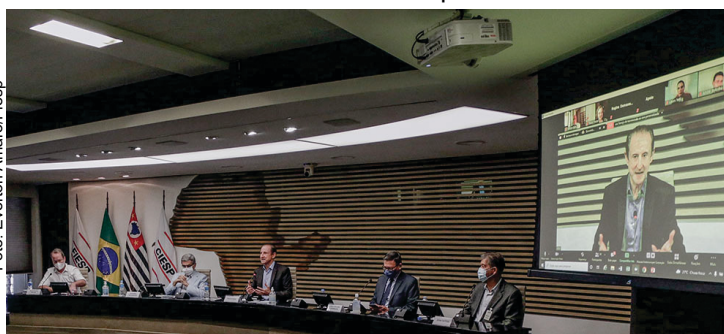
Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp

ACONTECEU

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU PAPEL TRANSFORMADOR DA SOCIEDADE É TEMA DE EVENTO PARA CELEBRAR O DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE

Tema da cerimônia marcou o início das comemorações da semana de meio ambiente e o lançamento do Guia de Educação

A primeira semana do mês de junho é marcada por ações, eventos e campanhas para reforçar junto à população e aos tomadores de decisões a importância da preservação dos nossos recursos e da necessidade de leis que garantam avanços, mas sem afetar de maneira negativa o ecossistema, ou seja, que permitam o desenvolvimento sustentável. Tudo isso porque no dia 5 de junho é comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente. A data foi criada em 1972, na Assembleia Geral das Nações Unidas, e marcou a abertura da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que ficou conhecida como Conferência de Estocolmo. Para celebrar a data, a Fiesp realizou um webinar no dia 1/6, quando foi lançado o Guia de Educação Ambiental, uma publicação produzida pelos especialistas e técnicos do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema), pelos docentes do Sesi-SP e editado pela Sesi-SP Editora.



Skaf disse que a indústria de São Paulo prioriza a educação, sendo a educação ambiental um pilar importante para o desenvolvimento das crianças.

À frente da Fiesp, do Ciesp, Sesi-SP, Senai/SP e Instituto Roberto Simonsen (IRS), Paulo Skaf explicou que o tema é bastante valioso para sua gestão e que, com o lançamento do Guia, as escolas do Sesi-SP passam a adotar os conceitos como disciplina a ser estudada pelos alunos do 6º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. “A indústria de São Paulo prioriza a educação. Ao longo da minha gestão, nós construímos 1 milhão de metros quadrados de escolas do Sesi e do Senai. É formação de qualidade e em sentido amplo. Naturalmente, a educação ambiental é um pilar importante para o desenvolvimento dessas crianças. Não tenho a menor dúvida de que você dar conhecimento é o mais importante porque aquele aprendizado torna-se patrimônio daquela pessoa”, reforçou.

Eduardo San Martín, que preside o Cosema, traçou uma linha do tempo dos acidentes ambientais mundiais que suscitaram a criação da data e que também instigaram países estrangeiros a adotarem medidas para mitigar os prejuízos ao ecossistema, mas também a implementarem uma efetiva política de educação ambiental. “A formação a respeito da natureza transformou países em lugares desenvolvidos. Houve um avanço nessas sociedades baseado na formação ambiental”, disse.

Alexandre Pflug, superintendente de Educação do Sesi-SP, chamou a atenção para o fato de que o lançamento do Guia de Educação Ambiental é um projeto histórico para a entidade. Ele explicou que os técnicos e especialistas atenderam a uma orientação do presidente Paulo Skaf para que formassem o documento que serviria de base para implementação da disciplina nas 144 unidades escolares do Sesi-SP, localizadas em 111 municípios do estado.

“Outro ponto superimportante desta novidade é que os nossos professores receberão formação no assunto para trabalharem com o Guia durante as aulas. Nós também faremos a

capacitação dos docentes que atuam com os alunos das 47 cidades que adotaram o nosso sistema de ensino”, relatou. Roberto Xavier, gerente executivo de Educação do Sesi-SP, confirmou que a temática meio ambiente já estava presente nos materiais da entidade, uma vez que era determinação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, com a formulação do Guia e a formação dos docentes, a diretriz se concretiza e gerará efeito transformador. O Guia de Educação Ambiental do Sesi-SP abordará os seguintes temas: o que é educação ambiental, a importância da água, as diferentes fontes de energia e como economizar água e energia em casa, resíduos sólidos e coleta seletiva, arborização das cidades, a importância de priorizar a economia circular em detrimento da economia linear. Laura Tetti, ex-diretora da Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) e conselheira do Cosema, também participou do webinar. A especialista contribuiu para a formulação do Guia. “Educação ambiental é civilizacional. As pessoas precisam conhecer o que consomem em casa ou a natureza do que produzem, caso atuem na cadeia produtiva. Já Malu Freire, coordenadora de Educação Ambiental da subsecretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, apresentou um contexto histórico da educação ambiental entre os anos de 1987 e 2021. Listou ações que ajudou a encabeçar como a formação ambiental com a imprensa, implantação de rodízio de carros, instalação de relógios que medem a poluição e a Operação Praia Limpa, que visava à distribuição de sacos para que os banhistas deixassem de jogar lixo na praia. “A educação ambiental deve ser tratada na escola, no setor público, nas universidades, nas empresas”. O diretor titular do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS), da Fiesp e do Ciesp, Nelson Pereira dos Reis, lembrou que a realização de eventos reconhecendo a importância do Dia Mundial do Meio Ambiente é uma marca forte da Fiesp. “Sempre buscamos conhecer as visões do Poder Público, academia, sociedade civil e setor financeiro. Com pessoas conscientes e engajadas nas questões ambientais, poderemos promover o desenvolvimento sustentável”, pontuou.



A temática meio ambiente sempre esteve presente nos materiais do Sesi-SP, mas com a formulação do Guia e a formação dos docentes, a diretriz se concretiza e gerará efeito transformador.

[Clique aqui para assistir a íntegra da live.](#)

ACONTECEU

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA RELAÇÃO BRASIL E UNIÃO EUROPEIA É TEMA DE DEBATE NA FIESP

Encontro debateu sobre a contribuição corporativa para o desenvolvimento da economia verde e de um futuro sustentável

A União Europeia é atualmente o 2º maior parceiro comercial do Brasil que, por sua vez, é considerado o maior mercado da América Latina e um destino privilegiado para os investimentos europeus. Diante das relações comerciais, o Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Derex) e o Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp avaliaram o tema sustentabilidade sob a ótica do setor produtivo, em seminário on-line, transmitido pelo YouTube da Fiesp na terça-feira do dia 22/6.

Fotos: Karim Kahn/Fiesp



Desenvolvimento sustentável foi tema de encontro conjunto do Derex e Cosema da Fiesp.

Segundo Thomaz Zanotto, diretor titular do Derex, o desenvolvimento econômico é importante aliado da preservação ambiental, sem ele dificilmente alcançaremos resultados sustentáveis duradouros. Não há estratégia empresarial que se mantenha sem que esteja alicerçada no uso sustentável dos recursos e com compromissos de preservação ambiental que possam ser mensuráveis, reportáveis e verificáveis.

Marcos Madureira, presidente da Eurocâmaras, chamou a atenção para dois importantes pontos: “O principal, combater o desmatamento, que não só compromete o acordo União Europeia (UE) e Mercosul, mas também os investimentos estrangeiros no país e a comercialização de produtos brasileiros no exterior. Segundo ponto, temos de desenvolver a Amazônia por meio da bioeconomia, com ecoturismo, com a piscicultura, com incentivo à transformação digital, entre outras atividades. Assim, criaremos riquezas para o Brasil e, consequentemente, o bem-estar da população”, pontuou Madureira.

Para Stelios Hormouziadis, cônsul geral da Grécia, em São Paulo, a temática de hoje é importante para que todos entendam que se trata de uma questão mundial. Segundo ele, em 2020, 35% da energia consumida na Grécia foi produzida a partir de fontes de energias renováveis. Nesse aspecto, o potencial do país nos setores de energia solar e eólica é bem

reconhecido.

Hormouziadis também frisou que o plano nacional para energia e mudança climática da Grécia prevê políticas e investimentos europeus, nacionais e internacionais, a fim de alterar o modelo de energia de consumo por meio da modernização da rede elétrica, mobilidade elétrica, melhoramento da eficácia energética, gestão dos resíduos sólidos, as smart homes, o reflorestamento e a proteção da biodiversidade.

Ignacio Ybáñez, embaixador da União Europeia no Brasil, avaliou a importância do impacto e do acordo com o setor privado nesse contexto. O pacto verde da UE, no combate a problemas climáticos e desafios ambientais, lançado em 2019, sobre uma nova estratégia de crescimento, visa a transformar a UE em uma sociedade equitativa e próspera, com economia moderna e eficiente, além de garantir recursos e ser competitiva.

“Será um grande desafio. Para isso, foi desenvolvido o programa Next Generation UE, próxima geração União Europeia, que vai se constituir em 27 planos de recuperação e resiliência, incluindo o foco na saúde”, afirmou Ybáñez. O programa contará com orçamento de 750 bilhões de euros. Esses e outros programas dão embasamento à busca de alianças com parceiros de outros países, como Estados Unidos, Canadá, Japão, China e países da África e América Latina, como o Brasil, entre outros.

O Brasil é um parceiro estratégico da UE, tendo percorrido um caminho longo na área da sustentabilidade, desde a Agenda 21 (Eco Rio 92), por exemplo, a negociações internacionais, como o Acordo de Paris, celebrado em 2015, relativo à mudança climática. E, juntos, avaliou Ybáñez, a UE quer prosseguir nesse caminho.

“Temos no Acordo com o Mercosul o capítulo mais progressista no que se refere ao comércio e ao desenvolvimento sustentável. Porém, precisamos dobrar nosso engajamento com os nossos parceiros do Mercosul para enfrentar a ameaça representada pelo desmatamento”, salientou o embaixador.

A recente decisão do governo brasileiro, na Cúpula dos Líderes do Clima, realizada em abril, por videoconferência, foi bem recebida internacionalmente, mas agora precisamos de resultados completos, na avaliação do representante da Grécia. Os índices de desmatamento atingidos em abril e maio não são um bom sinal e é preciso trabalhar de forma coordenada para obter efetividade, pois uma imagem negativa afeta os produtores e empresas que vem trabalhando corretamente, disse. “Respeitando a soberania do Brasil, a UE está comprometida a contribuir para proteger a Amazônia do desmatamento ilegal e cooperar nesta agenda”, conclui Ybáñez, em sua intervenção.

Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp



CANAL DA FIESP NO YOUTUBE

www.youtube.com/FIESPonline



SIGA O DDS NO TWITTER

<https://twitter.com/FiespAmbiental>

ACONTECEU

INDÚSTRIAS BRASILEIRAS ESTÃO TRANSFORMANDO A REALIDADE DA AMAZÔNIA

Em live promovida pela Fiesp e pelo Ciesp, cases demonstraram resultados importantes ao meio ambiente e aos moradores da floresta e para competitividade

A Amazônia é hoje o maior bioma do mundo. São 5,2 milhões de km² de florestas densas e abertas, o equivalente a 60% do território nacional. Cerca de 29 milhões de pessoas moram na região que, se fosse um país, seria o 7º maior do mundo. Não é de hoje que o tema atrai a produção de pesquisas e de discussões. A Fiesp, entidade que promove debates importantes para o país com representantes de diversos segmentos, realizou, no dia 25/5, uma *live* com a finalidade de apresentar cases de sucesso de diferentes áreas industriais, que transformaram a realidade de muitas comunidades da Amazônia.

O debate aconteceu durante reunião on-line promovida pelo Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Fiesp e pelo Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e do Ciesp. Um dos grandes desafios da região é o fomento ao desenvolvimento de atividades econômicas que possam, além de criar ofertas de emprego e renda para os quase 30 milhões de brasileiros que lá habitam, preservar nosso maior patrimônio natural.

O presidente do Cosema, Eduardo San Martin, abriu o encontro on-line convidando a todos os que estavam conectados a assistirem a um vídeo com o objetivo de valorizar a importância do Dia da indústria, vivenciado na data da reunião.

No vídeo, Paulo Skaf, presidente da Fiesp, do Ciesp, Sesi, Senai e IRS (Instituto Roberto Simonsen) enfatizou o papel da indústria para o desenvolvimento do país, crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego e renda. Isso, sem esquecer que, durante a pandemia, a população teve condições concretas de enxergar a atuação precisa e urgente dos industriais na pronta produção de embalagens, alimentos, respiradores, máscaras, álcool em gel, entre outros itens de suma necessidade.

Sobre o tema da *live*, San Martin, explicou que é fundamental que o país lide com suas questões ambientais de uma maneira inteligente. “Nós, enquanto entidade, priorizamos mostrar soluções que dão certo, que conferem resultado. Hoje, será possível conhecer cases de comprovada atividade sustentável na Amazônia. Nosso intuito é ser este espaço de difusão do que acontece de bom na região, inspirar iniciativas e fomentar o debate”, explicou.

Preservar e produzir

O Brasil é líder global em conservação de florestas tropicais, tem a matriz energética mais limpa e diversificada e ainda consegue ser o maior exportador líquido de alimentos para o mundo, atingindo mais de 200 mercados.

Preservamos e produzimos com excelência e qualidade.



Fotos: Everton Amaro/Fiesp

Em reunião do Cosema e do DDS foram apresentados diversos cases voltados à Amazônia e sustentabilidade.

O diretor geral da Wickbold, Pedro Wickbold, apresentou a estratégia da companhia que, desde 2016, passou a ser a de fabricar itens alimentícios de alto valor agregado, promovendo relações éticas e mais equilibradas, com intuito de manter a preservação de áreas protegidas e a floresta em pé.

A marca, que fabrica um pão especial que contém castanha-do-pará e quinoa, foi procurada pelo programa Origens Brasil, uma vez que realizava uma compra significativa dos insumos. O Origens Brasil é uma rede que promove negócios sustentáveis na Amazônia, em áreas prioritárias de conservação, com garantia de origem, transparência, rastreabilidade da cadeia produtiva e promovendo o comércio ético.

“Nós não conseguiremos nunca montar uma jornada de preservação sem olhar para as pessoas que lá vivem. Antigamente, esse comércio era feito por escambo, o que gerava um retorno irrisório. Custo que não bancava, por exemplo, que as pessoas entrassem na floresta para fazer essas colheitas. Com o Origens Brasil, os extrativistas se organizaram por meio de associações e nós, indústrias, passamos a fazer a compra diretamente desses profissionais, do recurso nas mãos deles”, explicou Wickbold.



Fonte: Estudo Fiesp Amazônia, você precisa saber

ACONTECEU

Aspectos observados por todos os participantes do encontro on-line, as novas gerações realizam, cada vez mais, algumas perguntas importantes antes de realizarem suas escolhas de compras. “As pessoas estão se questionando se aquilo faz bem, se é ético, se é bom para a saúde delas e ainda se aquele item ou quem o produz ajuda, de alguma forma, a transformação do país e do mundo”, completou o expositor. A diretora executiva da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Essenciais, Produtos Químicos Aromáticos, Fragrâncias, Aromas e Afins (Abifra), Maria Eugenia Proença Saldanha, pontuou uma percepção: “os moradores da floresta sentem-se empoderados quando se enxergam mantendo modos tradicionais de vida, inibindo, assim, a atuação do desmatamento, passando a trabalhar como agentes ambientais”.

Dessa forma, conseguimos proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas. Nós, como um segmento inovador da indústria, valorizamos o aspecto de descobrir novos ingredientes e explorá-los de uma maneira sustentável”, completou Maria Eugênia.

A Symrise Amazon é o principal fornecedor de ingredientes para o seguimento de produtos de beleza e cosméticos. Cristiane de Moraes, gerente geral de Produto da Symrise Amazon, apresentou, durante a *live*, os itens que a empresa fabrica e, entre outros assuntos, falou da importância de terem sido reconhecidos com a certificação da União para BioComércio ético (UEBT), selo que atesta que os ingredientes são eticamente abastecidos e de origem sustentável.

“Confeccionamos produtos com matérias-primas como Açaí, Andiroba, Cupuaçu, Murumuru, Maracujá, Patauá, Tucumã, entre outras. O mais relevante de termos esse certificado é

conseguimos monitorar mais de 59 mil hectares na Amazônia, priorizando, dessa forma, a rastreabilidade e origem desses produtos”, contou. No ano passado, foram comercializadas pela Symrise Amazon mais de 250 toneladas de ingredientes, impactando positivamente 3.100 famílias, ou seja, mais de 12 mil pessoas residentes nos estados do Amapá, Amazonas e Pará.

“Andreia Monteiro, diretora do Instituto E, explicou o case da marca de roupas Osklen, que há mais de 20 anos pesquisa e trabalha a moda como plataforma de transformação. Tirar o tema sustentabilidade das esferas mais especializadas e inserir a discussão na escolha do que vestir é levar o debate para a rua. “Estamos fazendo parte desta mudança de *mindset*. Nosso pensamento foi: e se a moda criasse produtos que ajudassem a fortalecer projetos socioambientais? Um produto que não se preocupa tem um débito com o consumidor, com o meio ambiente”, disse.

Foi a partir dessa ideia que a marca criou o primeiro tênis com eco lona, couro bovino certificado, ou seja, com rastreabilidade e sem substâncias tóxicas. O solado é feito de látex natural da Amazônia. “O produto é fruto do trabalho da Osklen e do Instituto E, aliado a cooperativas dos povos das florestas, pesquisadores e ativistas”, completou.

Eduardo San Martin encerrou o encontro on-line enfatizando a importância de conhecer e apoiar iniciativas como as apresentadas. “Esses cases são a prova de que é possível mudar. Nós gostaríamos que vocês continuassem se transformando neste exército de divulgação para a sociedade do que é bom e do que não é. Com a população informada, tendo acesso à educação, teremos mais condições de reivindicar o que é melhor para ela, para a sociedade, para o nosso país”, complementou.

O ESTUDO AMAZÔNIA, VOCÊ PRECISA SABER



Confira o estudo atualizado, em português, com os dados de 2020

Amazônia, você precisa saber – Versão Português (PDF)
clique no link - <https://bityli.com/vBQEG>

Para assistir na íntegra, clique [aqui](#)

Fonte: Adaptado de Agência Indusnet Fiesp

INDÚSTRIA



**CORONA
VIRUS**



Em meio à crise atual causada pela Covid-19, **Fiesp, Ciesp, Sesi, Senai e IRS** estão empreendendo esforços para ajudar nosso país, nossas empresas e toda a sociedade a atravessarem da melhor maneira possível este período difícil. Neste portal, estão reunidas suas principais ações e notícias nesse sentido. Acesse [aqui](#).

ECONOMIA CIRCULAR

CRIADA A 1ª ENTIDADE GESTORA DE LOGÍSTICA REVERSA DE EMBALAGENS EM GERAL

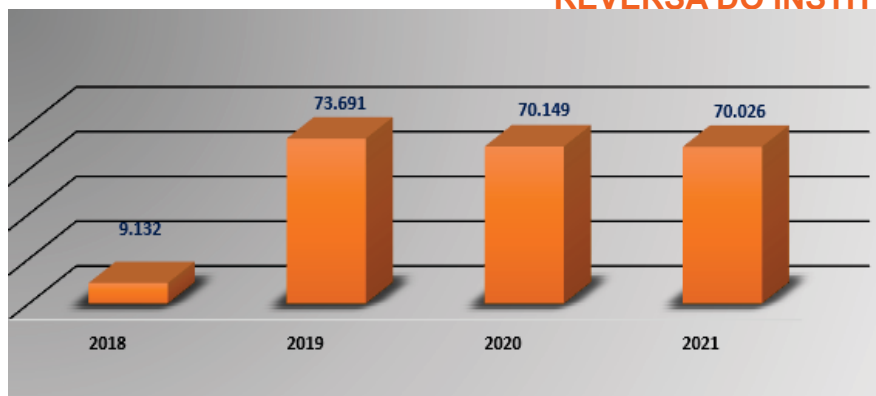
Com apoio da Fiesp, Ciesp, Sindicatos e Associações, a entidade terá papel fundamental no atendimento de logística reversa de embalagens em geral em âmbito nacional

A modelagem baseada em Certificados de Reciclagem, em que as ações institucionais e operacionais vinham sendo coordenadas pela FIESP, será assumida agora pelo INSTITUTO REVER, 1ª entidade gestora de logística reversa de embalagens em geral.

O INSTITUTO REVER foi constituído com a idealização de ser uma associação sem fins lucrativos e que possui como foco o desenvolvimento sustentável, otimizando e ampliando as iniciativas de responsabilidade social corporativa, incluindo, mas não se limitando, à gestão de resíduos sólidos e de logística reversa, com a missão de fortalecer alianças com os setores público e privado, inclusive do terceiro setor. Agora, o Sistema de Logística Reversa de Embalagens, baseado nos Certificados de Reciclagem, terá atuação e representação nacional, garantindo que suas empresas

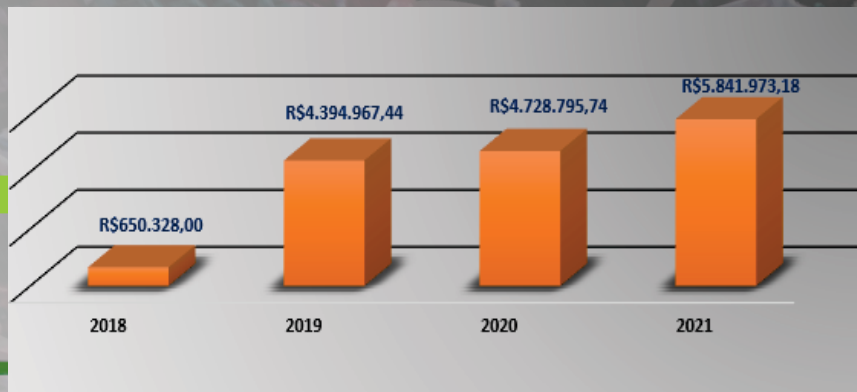
aderentes possam cumprir com a Lei federal nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que estabeleceu a obrigatoriedade de fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, na operacionalização de processos visando à reinserção de produtos e embalagens após o uso pelo consumidor na cadeia produtiva. O diferencial do Sistema de Logística Reversa do Instituto Rever é a rastreabilidade do processo, realizado por uma certificadora, que tem entre as suas funções a homologação dos operadores aderentes; o levantamento da massa de embalagens dos fabricantes; a checagem da origem e validade das notas fiscais, da operação de venda do material, entre outros. Ao final, todo o processo é checado por auditoria externa.

ALGUNS NÚMEROS QUE RATIFICAM O SUCESSO DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DO INSTITUTO REVER



Reinserção de 223 mil toneladas de Resíduos Sólidos Urbano na Economia Circular

Investimentos na cadeia da Reciclagem na ordem de 16 milhões de Reais



FIQUE LIGADO!

Para saber mais sobre o Sistema de Logística Reversa de Embalagens em geral e acessar o relatório com os resultados das Concorrências de Certificados, acesse: <https://bityli.com/qh9QB>

A próxima Concorrência de Certificados de Reciclagem (006/2021) ocorrerá em 30/09/2021. Para consulta aos procedimentos de como participar, acesse o link: <https://bityli.com/paj4h>

FINANÇAS SUSTENTÁVEIS

B3 faz mudanças na metodologia do ISE

Índice de sustentabilidade da B3 divulgará ranking ESG das empresas

Pioneiro na América Latina, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3) acaba de passar por uma revisão em sua metodologia, que o tornará mais simples e transparente para os investidores, permitindo a elaboração de rankings com as empresas de capital aberto mais avançadas na agenda ESG (sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança). Desenvolvido em 2005, o ISE B3 convida para participar de seu processo de seleção as 200 ações mais líquidas da bolsa do Brasil.

A nova metodologia inclui a divulgação da nota geral de todas as empresas que participarem do processo de seleção (inclusive as não selecionadas para a carteira), além da pontuação obtida em cada um dos 28 temas que integram as dimensões meio ambiente, governança corporativa e alta gestão, capital humano, capital social e modelo de negócios e inovação.

“O ISE B3 é um indicador importante para os investidores que estão ávidos por ativos sustentáveis, mas também tem o papel de estimular as empresas a avançarem em suas práticas ESG”, afirma Ana Buchaim, diretora-executiva de Pessoas, Marketing, Comunicação e Sustentabilidade da B3. De acordo com a executiva da bolsa do Brasil, a reformulação do índice, a mais importante em 16 anos de existência do ISE B3, reforça a transparência do processo e permite que, de fato, as empresas mais evoluídas na agenda ESG tenham destaque na carteira. “Faz parte do nosso compromisso com a evolução da pauta de sustentabilidade entregar um indicador que esteja à altura da sofisticação que o mercado vem ganhando nessa área”, completa Ana.

A B3 também trouxe parceiros com metodologias internacionalmente reconhecidas para avaliar o risco de imagem e os temas de mudança do clima, permitindo ainda maior robustez nessas avaliações. A nota sobre mudança do clima, por exemplo, passa a ser feita com base no CDP (Carbon Disclosure Project), organização internacional criada por investidores que solicita informações de mudanças do clima para as maiores empresas do mundo. A nota obtida pela companhia no CDP precisa ser igual ou acima da pontuação

para fazer parte do índice da B3. O mesmo ocorre com o risco reputacional das empresas, que passa a ser avaliado pela RepRisk, com índice (RRI) sempre menor ou igual a 50 pontos nos últimos dois anos anteriores à divulgação do índice. Atualizações mais frequentes – A nova metodologia do ISE B3 também aumentará a regularidade de revisão da carteira do índice, permitindo captar eventuais mudanças na gestão das empresas num prazo mais curto. Em vez de uma única avaliação anual, as empresas que integram o índice serão revisadas duas vezes ao ano, em maio e setembro. Para garantir que a pontuação obtida pelas melhores empresas também influencie a composição do ISE B3, as mudanças feitas a partir do ano que vem garantirão que as companhias com as notas mais altas também terão maior peso na composição do índice. Com isso, o indicador deixa de refletir apenas o valor de mercado das companhias e passa a ter como critério principal as notas obtidas no score ISE B3. A nova metodologia foi construída em conjunto com diversos stakeholders. A B3 ouviu e acatou as demandas e sugestões de investidores, empresários e analistas, além de incorporar 55% das 1.278 contribuições recebidas na consulta pública.

O que muda no ISE B3?

- Divulgação das notas individuais obtidas por cada uma das empresas que participarem do índice, com detalhamento, inclusive, por temas que vão do capital humano a práticas de negócios e mudança climática, permitindo a comparação entre companhias e entre setores;
- Questionários elaborados com perguntas específicas para o setor de atuação de cada empresa permitirá o aprofundamento da análise das companhias;
- Risco reputacional passa a ser um critério para eliminação de empresas da carteira do ISE B3;
- Revisão da carteira duas vezes ao ano, permitindo ajustes em prazo mais curto.

Fonte: B3

Saiba mais, acesse o link:

www.iseb3.com.br

MEDIDAS PARA PROMOVER O FINANCIAMENTO DE TRANSIÇÃO PARA UMA ECONOMIA MAIS SUSTENTÁVEL É PUBLICADO PELA UE

A União Europeia - UE tem avançado na agenda de finanças sustentáveis e, no último 06/07, publicou documento denominado “*Strategy for Financing the Transition to a Sustainable Economy*”, que inclui medidas mais rígidas para evitar o greenwashing e reduzir os riscos sistêmicos das mudanças climáticas, além de regras para emissão de *Green Bonds* ou Títulos Verdes.

O documento prevê relatórios mais rigorosos para bancos e demais entidades financeiras, maior contribuição do setor financeiro para a sustentabilidade, além da incorporação dos riscos relacionados ao clima nas classificações de crédito e o desenvolvimento de iniciativas e padrões financeiros sustentáveis internacionais. Também considera a inclusão de pequenas e médias empresas, para que tenham opções e incentivos para acessar o financiamento de recursos para investimentos que viabilizem a transição para uma economia sustentável. A proposta estabelece um Padrão Europeu de Green Bonds (European Green Bond Standard - EUGBS) e cria um padrão voluntário para que os emissores de títulos verdes obtenham apoio no financiamento de investimentos sustentáveis, estabelecendo um alto padrão no uso dos títulos com objetivo de levantar fundos nos mercados de capitais.

Será uma boa medida para que os emissores de Green Bonds comprovem que financiam projetos alinhados com a Taxonomia da União Europeia (Sistema Europeu de Classificação das Atividades Econômicas Sustentáveis). Os recursos captados com esses títulos devem ser totalmente destinados a projetos alinhados com a Taxonomia, com transparência na divulgação das informações. Outra medida da Comissão Europeia foi a adoção do instrumento que complementa o artigo 8º da Taxonomia, exigindo que as empresas - sejam financeiras ou não - forneçam aos investidores informações sobre o desempenho ambiental dos ativos e atividades econômicas. A divulgação desses dados com clareza é essencial para evitar o 'greenwashing'.

Há um aspecto que gerou certa controvérsia, no que diz respeito às atividades de transição, com a possibilidade de rotular o gás e a energia nuclear como investimentos "verdes".

As decisões da União Europeia trazem uma indicação relevante dos caminhos que as finanças sustentáveis terão em todo o mundo.

Fonte: Proactiva Serviços Ambientais

Saiba mais, clique no link: <https://bitly.com/XWrtF>

MUDANÇA DO CLIMA

PACOTE EUROPEU *FIT FOR 55* TRAZ CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DO MECANISMO DE AJUSTE DE FRONTEIRA DE CARBONO (CBAM)



O pacote "*Fit for 55*" é a principal ferramenta para atingir o objetivo de redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) em pelo menos 55% até 2030, em relação a 1990, visando atender à meta de neutralidade de carbono da UE até 2050. Essas metas foram definidas pela Lei Europeia do Clima, que faz parte da Estratégia "Green Deal". Trata-se de 13 medidas, que em geral trarão mudanças abrangentes no Sistema de Comércio de Emissões da UE (EU ETS), eliminação gradual das licenças de emissão de GEE gratuitas para a aviação e alinhá-las com o Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (CORSIA), inclusão das emissões dos transportes marítimos pela primeira vez no EU ETS, aumento das metas de redução de emissões do Regulamento de Compartilhamento de Esforços (ESR); emenda às Diretivas de Fontes de Energia visando ao aumento da representatividade de fontes renováveis na matriz energética, redução de emissões veiculares, revisão da tributação energética e proposta para um Mecanismo de Ajuste de Fronteira de Carbono (CBAM).

CBAM - Carbon Boarder Adjustment Mechanism

O CBAM é uma medida de comércio internacional, por meio da imposição de um encargo adicional a certos bens importados pela União Europeia, para refletir os custos relacionados com as emissões de gases de efeito de estufa incorridos por entidades da UE no Sistema de Comércio de Emissões da UE (EU ETS). A solução visa limitar a "fuga de carbono", ou seja, o deslocamento da produção da UE para países terceiros, bem como travar as crescentes importações de produtos com elevado teor de carbono de países com uma política climática menos ambiciosa.

A estrutura do CBAM espelhará o EU ETS. Uma autoridade competente designada por cada Estado-Membro venderá os certificados CBAM. Seu preço dependerá do preço médio das

licenças de emissão. A proposta prevê a opção de reduções proporcionais, por ex. em relação ao preço do carbono pago no país de origem e ao número de licenças de emissão gratuitas atribuídas às instalações da UE em determinados setores. A cada ano, os certificados CBAM serão entregues em um número correspondente à quantidade de emissões diretas de CO₂ embutidas nos produtos importados. O CBAM se aplicará a produtos dos setores de cimento, eletricidade, fertilizantes, ferro, aço e alumínio. A data de entrada em vigor proposta da medida é 1 de janeiro de 2023. Desde a entrada em vigor, o CBAM funcionará de forma simplificada durante uma fase de transição. Em vez de comprar e entregar certificados CBAM, os importadores apenas cumprirão a obrigação de enviar Relatórios CBAM trimestrais contendo informações sobre, por exemplo, as quantidades de produtos importados em um determinado trimestre e a quantidade de emissões associadas a essas importações.

A partir de 2026, apenas importadores registrados terão direito a importar produtos abrangidos pelo CBAM. O registro será feito mediante solicitação.

Os importadores registrados deverão adquirir certificados CBAM continuamente. De acordo com a proposta, ao final de cada trimestre, um importador autorizado deve garantir que em seu número de registro, especialmente criado de certificados CBAM, haja correspondência a pelo menos 80% das emissões embutidas em produtos importados desde o início do ano civil.

A Comissão Europeia preparará relatório resumindo a aplicação do CBAM, analisando também a possibilidade de estender o mecanismo a outros produtos expostos ao risco de fuga de carbono, bem como às emissões relacionadas com o transporte e mais produtos processados, considerando o escopo de toda a cadeia produtiva.

Fonte: European comission

Link encurtado: <https://bitly.com/kJled>

DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE- PNUMA LANÇA GUIA PARA RESTAURAÇÃO DE ECOSSISTEMAS

As pessoas e o planeta são tão saudáveis quanto os ecossistemas dos quais todos dependemos. Devolver à vida ecossistemas degradados - por exemplo, plantando árvores, limpando margens de rios ou simplesmente dando espaço para que a natureza se recupere - aumenta seus benefícios para a sociedade e a biodiversidade. Sem reviver os ecossistemas, não conseguimos alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou o Acordo de Paris. Mas, os ecossistemas também são complexos e altamente variados, e sua restauração requer um planejamento cuidadoso e uma implementação paciente.

Para incentivar o renascimento dos ecossistemas em todos os lugares, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) publicou um guia prático para a restauração de ecossistemas. Lançado no início da Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas 2021-2030, o Manual de Restauração de Ecossistemas fornece

uma introdução ao conjunto de ações que podem desacelerar e interromper a degradação dos ecossistemas e promover sua recuperação.

As pessoas e o planeta são tão saudáveis quanto os ecossistemas dos quais todos dependemos. Sem reviver os ecossistemas não iremos conseguir alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ou o Acordo de Paris. Mas, os ecossistemas também são complexos e altamente variados, e sua restauração requer um planejamento cuidadoso e uma implementação paciente.

Faça o download da Cartilha, acesse o link: <https://bitly.com/O4eem>

Fonte: Adaptado de Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente,



Conheça o [Portal Clima em debate](#), da indústria paulista, que agrega posicionamentos e informações relevantes sobre as COPs e a mudança climática.



MUDANÇA DO CLIMA

MAIORIA DAS NOVAS ENERGIAS RENOVÁVEIS É MAIS BARATA QUE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Relatório da IRENA mostra que 162 GW de renováveis tiveram custos inferiores à opção mais barata de combustíveis

A parcela de energias renováveis com custos mais baixos que os combustíveis fósseis dobrou em 2020.

Relatório divulgado em 22/06 pela Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA) mostra que 62% da geração total de energia renovável adicionada no ano passado — 162 gigawatts (GW) — teve custos mais baixos do que a opção de combustível fóssil mais barata.

A energia solar concentrada (CSP) reduziu seu custo em 16%, a energia eólica em terra 13%, eólica offshore 9% e a solar fotovoltaica 7%, indica o relatório Custos de Geração de Energias Renováveis em 2020.

O Brasil é um dos destaques, com quedas no custo tanto nos painéis solares — 71% mais baixo em 2020 em relação a 2013 — quanto no gasto total de instalação comercial da solar distribuída, que caiu 55% entre 2017 e 2020.

De acordo com o documento, somente os projetos recém-adicionados de energias renováveis em 2020 permitirão aos países emergentes uma economia de até US\$ 156 bilhões durante o seu ciclo de vida.

“Atualmente, as energias renováveis são a fonte de energia mais barata”, afirma o diretor-geral da IRENA, Francesco La

Camera.

Redução de custos no setor elétrico

Os projetos de renováveis adicionados em 2020 vão reduzir os custos do setor elétrico em, pelo menos, US\$ 6 bilhões de dólares por ano nos países emergentes, em comparação com a adição da mesma quota de geração à base de combustíveis fósseis.

Dois terços dessa economia virão de eólica offshore, seguidos de hidroelétrica e solar fotovoltaica, calcula a agência. Os anos 2010-2020 assistiram a um aumento significativo na competitividade das tecnologias solar e eólica. Os 534 GW da capacidade renovável adicionada nos países emergentes desde 2010 a custos mais baixos do que as opções de carvão mais baratas estão reduzindo os custos da eletricidade em cerca de 32 bilhões de dólares todos os anos. Em dez anos, diz o relatório, o custo da eletricidade proveniente da energia solar fotovoltaica caiu 85% e o da solar concentrada 68%.

Acesse o Relatório Custos de Geração de Energias Renováveis 2020, clique no link: <https://bityli.com/OvWqd>

Fonte: EPBR

Link Encurtado: <https://bityli.com/Ffcqn>

ESTADO DE SÃO PAULO ADERE A CAMPANHA MUNDIAL “RACE TO ZERO” E “RACE TO RESILIENCE”

O Governo do Estado de São Paulo aderiu no dia 20/07 a campanha da ONU (Organização das Nações Unidas) “Race to Zero” e “Race to Resilience” para reduzir emissões de poluentes e mitigar efeitos das mudanças climáticas e por meio do Decreto Estadual nº 65.881/2021, estabelece que o Estado terá um plano de ação climática com metas intermediárias para o período de 2030 a 2040, avançando de forma escalonada e previsível com as medidas de emissão de carbono no Estado de São Paulo até 2050. As campanhas “Race to Zero” e “Race to Resilience” buscam o engajamento de governos, empresas, investidores, acadêmicos e lideranças da sociedade civil para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Segundo a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com a adesão ao programa da ONU, São Paulo fixará novas metas e soluções para energias renováveis, restauração florestal, agricultura de baixo carbono, bioeconomia, proteção da biodiversidade, controle e prevenção da poluição, qualidade do ar, transportes sustentáveis, segurança hídrica, saneamento ambiental, municípios resilientes e cidades sustentáveis.

Para os fins deste decreto, serão implementadas, sob a coordenação da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, as seguintes ações:

- Elaboração do Plano de Ação Climática 2050, em até 12 (doze) meses, que deverá contemplar metas intermediárias de redução de emissões de gases de efeito estufa definidos pelo Protocolo de Quioto para os anos de 2030 e 2040 e a neutralização de emissões líquidas até 2050;
- Elaboração do Plano Estadual de Energia que alude o artigo 39 do Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010, em até 12 (doze) meses;
- Elaboração do Plano de Adaptação Climática, em até 18 (dezoito) meses, que deverá contemplar análise de riscos e vulnerabilidade climática para o Estado de São Paulo;
- Elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE a que aludem os artigos 4º, inciso XL, da Lei n.º 13.798, de 9 de novembro de 2009, e 23 do Decreto nº 55.947, de 24 de junho de 2010, e o Decreto n.º 64.526, de 15 de outubro de 2019, em até 6 (seis) meses;
- Instituição da Rede ZEE-SP, plataforma digital de consolidação de geodados para gestão territorial, em até 6 (seis) meses.

Fonte: Editado de Portal do Governo
Link encurtado: <https://bityli.com/gnwgm>

CONSULTA PÚBLICA

Está em consulta pública o documento Diretrizes e Ações Estratégicas – Plano de Ação Climática do Estado de São Paulo.

O documento tem por objetivo contribuir para a formulação do Plano de Ação Climática Net Zero 2050 do Estado de São Paulo, que objetiva atingir até o ano 2050 o Net Zero, ou seja, a neutralidade das emissões de Gases de Efeito Estufa – GEE – reguladas pelo Protocolo de Quioto.

A consulta receberá contribuições até **30/09/21**.

Acesse o formulário da Consulta Pública:

Link Encurtado: <https://bityli.com/gl9wZ>

DESTAQUES

ANA DECLARA SITUAÇÃO CRÍTICA DE ESCASSEZ QUANTITATIVA DOS RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO PARANÁ

A Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) atendeu a um pedido do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) e declarou, no dia 01 de junho, situação crítica de escassez dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná, até o dia 30 de novembro de 2021.

A Declaração foi publicada pela ANA em caráter preventivo para mitigar possíveis riscos aos usos consuntivos (que consomem água), decorrentes do cenário desfavorável de chuvas, até o fim do período seco deste ano. Nesse sentido, em sua análise técnica, a Agência levou em consideração a Nota Conjunta do Sistema Nacional de Meteorologia (SNM), de 27 de maio, que emitiu Alerta de Emergência Hídrica associado à escassez de precipitação para a Região Hidrográfica do Paraná de junho a setembro deste ano. O Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) assinaram o Alerta de Emergência Hídrica pela primeira vez em função das previsões de chuvas próximo ou abaixo da média entre maio e setembro de 2021. Além disso, a Região Hidrográfica do Paraná passa por um déficit de precipitações severo desde outubro de 2019, segundo o SNM, e os mapas do Monitor de Secas.

A medida abrange parte dos territórios de cinco estados (GO, MG, MS, PR e SP). No Estado de São Paulo as principais bacias que estão abrangidas são Grande, Paranapanema e Tietê.

A Declaração foi publicada pela ANA com o objetivo de reconhecer a situação crítica de escassez quantitativa de recursos hídricos e subsidiar a adoção de medidas temporárias para buscar compatibilizar os usos múltiplos da água em toda essa região, como regras de operação temporárias para os reservatórios, visando à preservação dos seus volumes.

Impactos e Restrições

Num primeiro momento, a necessidade de restrições para usos consuntivos como a indústria, a irrigação e o abastecimento humano, não é vislumbrada.

Deverá haver impacto devido à redução dos níveis dos reservatórios de hidrelétricas, especialmente sobre a hidrovía Tietê-Paraná, que depende da manutenção de um nível mínimo nos reservatórios de Ilha Solteira (MS/SP) e Três Irmãos (SP). Há uma tendência de redução desse nível com possibilidade de interrupção da hidrovía.

São esperados impactos em decorrência da redução dos níveis de armazenamento dos reservatórios. No caso do turismo e lazer, por exemplo, já vêm ocorrendo impactos nos reservatórios na bacia do Paranapanema (SP), Furnas (MG) e Mascarenhas de Moraes (MG). E há uma tendência de agravamento desses impactos com a redução dos níveis d'água ao longo do período seco.

Espera-se também possíveis impactos na atividade de aquicultura em tanques redes com a redução dos níveis, queda na qualidade das águas, assim como custos na realocação dos tanques, dentre outros.

Principais atos normativos e decisões em andamento

- Resolução ANA nº 77/2021 - Declara situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná.
- Portaria ANA nº 377/2021 - Definição do Grupo de Assessoramento Técnico da Bacia do Rio Paraná da ANA até 30/11/21. Composição: ANA, IAT/PR, SIMA/SP, DAEE/SP, SEMAD/MG, IGAM/MG, IMASUL/MS, SEMAD/GO e convidados.
- Medida Provisória nº 1055/2021 - Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País até 30 de dezembro de 2021.
- CNRH: em tramitação a discussão dos critérios de declaração de situação de criticidade hídrica nas bacias hidrográficas brasileiras.

INDICAÇÕES DE AÇÕES DE CONTINGÊNCIA PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO PELO SETOR INDUSTRIAL

- Manter-se informado com qualidade é item essencial. Identificar e manter interlocução com os representantes do setor industrial na bacia hidrográfica, assim como outras entidades para obtenção de informações e alinhamento setorial;
- Criação de grupos de acompanhamento interno/externo;
- Manter diagnóstico atualizado da situação das fontes de abastecimento, atividades de produção versus demanda de água;
- Avaliar a necessidade de intervenções nas estruturas de captação de água para se adaptarem ao nível, que poderá ficar mais baixo, evitando a interrupção do seu funcionamento;
- Analisar criticamente o processo produtivo e identificar oportunidades de melhoria na gestão do recurso hídrico;
- Elaborar planos de contingência preventivos com índices de risco hídrico, fontes alternativas de abastecimento para produção e segurança industrial, custos e ações necessárias;
- Avaliar os contratos de fornecimento de energia e água, custos e possíveis alternativas;
- Estabelecer um canal de comunicação com a alta direção e demais funcionários para informar e promover ações de redução e otimização do uso da água;
- Identificar os fornecedores de matérias-primas e insumos críticos para seu processo produtivo, segurança e proteção de incêndio e tratamento de água;
- Estabelecer uma sistemática para avaliar os potenciais impactos da escassez hídrica na cadeia de suprimentos com foco nos principais fornecedores e clientes;

DESTAQUES

FIESP E CIESP REALIZAM WEBINAR PARA ATUALIZAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS CONTRA O AUMENTO DAS TAXAS COBRADAS PELA CETESB

No dia 23/06 o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da FIESP e do CIESP realizou webinar para atualizar seus filiados e associados quanto ao andamento dos processos de judicialização contra os aumentos abusivos de custos de licenças e outros documentos emitidos pela CETESB. Desde o mês de março, diversas empresas vêm reportando o recebimento de boletos de cobranças de elevados valores complementares para continuidade de análise de seus processos em andamento junto à CETESB, gerando grande quantidade de dúvidas entre os filiados e associados. Estas cobranças foram motivadas por recente decisão judicial dada no Processo nº 1064352-24.2019.8.26.0053, conforme Acórdão proferido pela 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça de São Paulo, em 10/06/2021, que permite a CETESB aplicar o Decreto nº 64.512/2019 para definição do preço das solicitações de Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, Pareceres Técnicos (quando contemplado no Decreto) e Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (CADRI) aos afiliados da Fiesp e associados do Ciesp. Diante de tal decisão, o Departamento Jurídico do Ciesp e da Fiesp, apresentou recurso, estando o processo pendente de decisão.

Para os casos de Renovação de Licença de Operação e outras solicitações cujas fórmulas para definição do preço está disposta no Decreto nº 62.73/2017, para o qual há sentença favorável (transitou em julgado), constatou-se que a CETESB passou também a aplicar, ilegalmente, conceitos e fórmulas do Decreto nº 62.973/2017. Com o descumprimento

da decisão judicial pela CETESB, a Fiesp e o Ciesp peticionaram nos autos a adoção de providências destinadas ao cumprimento imediato da sentença e Acórdão e aguarda os trâmites legais.

Conforme explanado no evento, as principais cobranças que não podem ter seus valores majorados por conta da inaplicabilidade do Decreto nº 62.973/2017 aos afiliados e associados da Fiesp e do Ciesp, são:

- Licenças de extração e tratamento de minerais e extração e engarrafamento de água mineral;
- Renovação de Licença de Operação;
- Pareceres Técnicos relativos à Avaliação de Áreas Contaminadas;
- Instrução de pedidos de outorga de captação de água subterrânea;
- Valor do Fator de Complexidade (W) utilizado nas fórmulas de cálculo.

SIMULADOR DE CÁLCULO

Diante da nova conjuntura jurídica, para auxiliar as empresas no entendimento dos valores que estão sendo cobrados, foi atualizado o Simulador de Cálculo de preços para emissão de Licenças Ambientais e CADRI junto à CETESB. Acesse: (<http://hotsite.fiesp.com.br/simulador-cetesb/>).

Acesse as decisões judiciais:

Acórdão sobre o Decreto nº 64.512/2019 [Acesse aqui](#)

Acórdão sobre o Decreto nº 62.973/2017 [Acesse aqui](#)

Sentença sobre o Decreto nº 62.973/2017 [Acesse aqui](#)

COM ATUAÇÃO DA FIESP E DO CIESP, REAJUSTE DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA NAS BACIAS PCJ É ADIADO PARA 2024

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou em sua 44ª Reunião Extraordinária realizada, em 29 de junho, a proposta dos Comitês Piracicaba, Capivari, Jundiá (PCJ) para adiamento da apresentação da proposta de reajustes nos valores da cobrança pelo uso dos rios de domínio da União (rios Atibaia, Jaguari, Camanducaia e Piracicaba) para até junho de 2024. De 2021 a 2024 haverá somente a atualização anual pelo IPCA como já vem ocorrendo desde

2018.

A FIESP e o CIESP atuaram e se posicionaram favoravelmente em todas as etapas de tramitação junto aos grupos de trabalho e Plenária dos Comitês PCJ, assim como Câmaras Técnicas e Plenária do CNRH no sentido de atenuar os impactos financeiros junto ao setor produtivo em virtude dos impactos da pandemia e restrições econômicas.

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES – ANTT ATUALIZA O REGULAMENTO PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PRODUTOS PERIGOSOS

Está em vigor desde 01/07/21, a Resolução ANTT nº 5947/2021, que atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos em vias públicas no território nacional e aprova as suas Instruções Complementares.

A referida Resolução estabelece, entre outras, prescrições relativas às condições do transporte, documentação, deveres, obrigações e responsabilidades, infrações aplicáveis, bem como dispõe, nas Instruções

Complementares anexas, sobre a correta classificação do produto, a adequação, certificação e identificação dos volumes e das embalagens, a sinalização das unidades e dos equipamentos de transporte, a documentação e as prescrições aplicáveis a veículos e equipamentos do transporte rodoviário, quantidade limitada e provisões especiais, quando aplicáveis.

Para acesso ao regulamento, clique [aqui](#).

CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO

O Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, por meio da Portaria CCB nº 037/800/21, estendeu até o dia **31/08/21** a validade das licenças das edificações e áreas de risco (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, Certificado de

Licença do Corpo de Bombeiros – CLCB e Termo de Autorização para Adequação do Corpo de Bombeiros – TAACB) expirados no período compreendido entre 1 de março de 2020 e 30 de agosto de 2021.

DESTAQUES

REPRESENTANTES DE INDÚSTRIAS PAULISTAS PARTICIPAM DE REUNIÃO COM O MDR PARA REVITALIZAR BACIAS HIDROGRÁFICAS

Empresários paulistas estiveram reunidos com o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, em 22/06, em São Paulo. A reunião, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) teve como pauta apresentar o Programa Águas Brasileiras, iniciativa do Governo Federal que visa revitalizar as principais bacias hidrográficas do País. Os encontros foram na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com a participação de empresários do ramo de papel e celulose, e na Federação Brasileira de Bancos (Febraban), com representantes de diversas instituições do setor.

Em junho, foi encerrado o prazo para que instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, inscrevessem projetos de recuperação de áreas degradadas, preservação de nascentes e plantio de árvores, com o intuito de proteger as fontes de água e de garantir o abastecimento de nascentes. O foco inicial do programa são as bacias do São Francisco, Parnaíba, Taquari e Tocantins-Araguaia. No total, foram apresentados 48 projetos, dos quais 32 foram pré-selecionados.

Após análise e seleção por comissão pública, os projetos selecionados serão divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) em seu portal, visando conectar as iniciativas selecionadas e organizações e empresas que desejem apoiá-las financeiramente. Com os encontros, o ministro Rogério Marinho busca exatamente articular investimentos privados iniciais para esses projetos que serão selecionados.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, considerou “excelente” a ideia do Programa Águas Brasileiras. “É fundamental. O Brasil

tem a maior reserva de água do mundo, com 12%, e neste momento em que há campanhas contra a imagem do nosso País no exterior, um projeto como este é um contraponto”, afirma Skaf. “Ele realmente mostra a preocupação que temos com as nossas águas, com as nossas florestas, com o nosso meio ambiente. Então, essa parceria entre o governo e a iniciativa privada, as empresas brasileiras, é muito saudável para o País”, completa.

Lançado em dezembro de 2020, o Programa Águas Brasileiras visa garantir água de qualidade para a população e atrair investimentos privados para projetos de recuperação e preservação de áreas degradadas em diversas partes do País. A ação reúne, além do MDR, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Meio Ambiente (MMA), da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

Os projetos a serem selecionados devem contemplar ao menos um dos seguintes eixos temáticos: manejo florestal sustentável; proteção e recuperação de áreas de preservação permanente, prioritariamente de nascentes, e de áreas de recarga de aquíferos; implantação de sistemas agroflorestais; contenção de processos erosivos; soluções sustentáveis de saneamento no meio rural e reúso de água no meio urbano; técnicas de engenharia natural para infiltração da água com comprovados benefícios ambientais; ações que levem à redução da criticidade hídrica; e economia circular da água. Saiba mais sobre o Programa Águas Brasileiras, clique [aqui](#).

GOVERNO FEDERAL ABRE INSCRIÇÕES PARA O SELO ALIANÇA PELAS ÁGUAS BRASILEIRAS

Chamamento público é voltado a empresas e organizações que realizam projetos de revitalização de bacias hidrográficas.

Estão abertas até 30 de setembro as inscrições para o Selo Aliança pelas Águas Brasileiras. Esta é a primeira edição da condecoração, voltada para pessoas, empresas e organizações que executem, financiem ou apoiem projetos de revitalização de bacias hidrográficas ou que desenvolvam ações voltadas à sustentabilidade.

A iniciativa, ligada ao Programa Águas Brasileiras, visa estimular o patrocínio de projetos de revitalização de bacias hidrográficas, além de conscientizar a sociedade brasileira da importância da preservação das águas brasileiras e incentivar o compartilhamento das boas práticas que possam ser replicadas em outros locais. O Comitê Gestor do Selo é composto por equipes do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

“Com o selo, a empresa pode comunicar em seus portais e produtos que está de fato envolvida e engajada, viabilizando projetos de recuperação de áreas degradadas e revitalização das bacias hidrográficas”, destaca Luna Viana, assessora especial do MDR.

O Selo

Na estampa do selo, está o pato-mergulhão, embaixador das águas brasileiras e uma das aves mais ameaçadas de extinção das Américas, que vive e se reproduz apenas em rios

e cursos d'água extremamente limpos. A ave é considerada um bioindicador ambiental, pois onde é encontrada, há certeza de qualidade dos mananciais e da preservação.



RECONHECIMENTO PELO APOIO À PROTEÇÃO DAS ÁGUAS BRASILEIRAS

Programa Águas Brasileiras

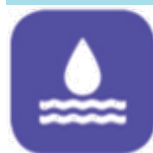
Em junho, foram anunciados os primeiros projetos de revitalização de bacias hidrográficas selecionados, em fevereiro deste ano, que vão receber quase R\$ 6 milhões em patrocínio. O montante une-se a outros R\$ 42 milhões que foram investidos, em 2020, no Projeto Juntos pelo Araguaia, que também integra o Programa Águas Brasileiras. No total, o programa coordenado pelo MDR já captou cerca de R\$ 48 milhões com a iniciativa privada para ações de recuperação e conservação de bacias hidrográficas.

No total, 26 projetos foram selecionados em edital público realizado neste ano. Eles contemplam mais de 250 municípios de 10 estados e visam ao uso sustentável dos recursos naturais e a melhoria da disponibilidade de água em quantidade e qualidade para os usos múltiplos. Para conhecê-los, acesse [este link](#).

Confira o [edital](#) e o [regulamento](#)

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Regional

Link encurtado: <https://bitly.com/iw3kz>



Tema Recursos Hídricos

O DDS tem atuação direta em temáticas envolvendo Gestão de bacias hidrográficas, outorga de direitos de uso de águas superficiais e subterrâneas, cobrança pelo uso de água, tratamento e lançamento de efluentes industriais, conservação e reúso de água e efluentes. [Leia mais.](#)

Confira nossas ações!

DESTAQUES

RESOLUÇÃO SIMA Nº 63/2021 É SUSPensa TEMPORIAMENTE APÓS REUNIÃO DA ABREN COM A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE E CETESB

No dia 8 de junho, a Associação Brasileira de Recuperação Energética de Resíduos (ABREN) se reuniu com o Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo para discutir a Resolução SIMA nº 63/2021, que tem causado dificuldades na gestão de resíduos perigosos hoje utilizados no preparo de Combustíveis Derivados de Resíduos (CDR) destinados ao coprocessamento.

A Resolução SIMA nº 63/2021, que trata do processo de licenciamento ambiental de resíduos perigosos destinados as plantas de preparo de CDR para o coprocessamento, apresenta alguns aspectos que merecem especial atenção, tendo em vista que os efeitos práticos foram imediatamente sentidos pelo setor de construção civil, fabricantes de remédios, postos de gasolina, plantas de preparo de resíduos e pela indústria do cimento.

A utilização do CDR no coprocessamento reduz a emissão de gases de efeito estufa e dá uma destinação ambientalmente adequada dos resíduos, substituindo matéria primas não renováveis e redução de gases de efeito estufa.

A solicitação da suspensão temporária da norma foi atendida em atenção aos argumentos apresentados pela equipe da ABREN, de que a norma poderia ser aprimorada dentro do conceito das melhores práticas ambientais na gestão de resíduos.

Em vista disto, em 09 de julho, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo a Resolução SIMA nº 76/21, de 08/07/2021, que suspende por 30 dias os efeitos da Resolução SIMA 63/2021.

Fonte: Editado de ABREN

Link encurtado: <https://bityli.com/WIEGF>

MINISTÉRIO DA SAÚDE PORTARIA QUE ALTERA OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E SEU PADRÃO DE POTABILIDADE

O Ministério da Saúde, publicou em 07/05/21 a Portaria GM/MS nº 888/2021, que altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5/2017 para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de qualidade. Entre as principais alterações, destacam-se as mudanças nos textos das definições, alterações nas responsabilidades das autoridades públicas e dos responsáveis por sistemas

de abastecimentos de água, adequações nos escopos analíticos de monitoramento e seus Valores Máximo Permitidos (VMPs) e mudanças nos Planos de Amostragem. A Portaria nº 888/2021 aplica-se aos responsáveis pelos Sistemas de Abastecimento de Água (ex. Concessionárias) ou pelas Soluções Alternativas Coletivas de Abastecimento de Água (Ex.: Poços artesianos em empresas).

Consulte o texto da Portaria, clique [aqui](#)

INMETRO PUBLICA PORTARIA QUE DEFINE OS REQUISITOS DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE PARA EMBALAGENS UTILIZADAS NO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), publicou no dia 23/07/2021 a Portaria INMETRO nº 320/2021 que define os requisitos de avaliação da conformidade para embalagens, tanques portáteis e contentores intermediários para Granéis – IBC, utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos, bem como das embalagens reutilizáveis utilizadas no comércio varejista de combustíveis.

Aplicam-se os requisitos estabelecidos nos Anexos I e II da Portaria INMETRO nº 320/2021, as seguintes tipologias de embalagens:

- I - Embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos; cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume não exceda a 450 litros;
- II - Embalagens grandes utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume exceda a 450 litros (inclusive), mas não exceda a 3.000 litros;
- III - Contentores intermediários para graneis - IBC, utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos, cujo volume exceda a 450 litros e não exceda a 3.000 litros;
- IV - Embalagens refabricadas utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas (inclusive) ou cujo volume não exceda a 450 litros;
- V - Embalagens reconhecidas utilizadas no transporte

terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas ou cujo volume não exceda a 450 litros;

- VI - Tanques portáteis utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos, cujo volume exceda a 450 litros;
- VII Embalagens reutilizáveis utilizadas no mercado varejista de combustíveis automotivos, cujo volume não exceda a 200 litros.

Estão **excluídos** da abrangência dos requisitos estabelecidos pela Portaria:

- I - Contentores de Múltiplos Elementos para Gás (MEGC);
- II - Contentores para Granéis;
- III - Embalagens reutilizáveis não utilizadas no mercado varejista de combustíveis automotivos;
- IV - Contentores intermediários para graneis - IBC refabricados;
- V - Contentores intermediários para graneis - IBC reconhecidos.

Segundo a Portaria, a avaliação da conformidade deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produtos (OCP), estabelecido no Brasil e acreditado pelo Inmetro. A Portaria INMETRO nº 320/2021 entrará em vigor em 02/08/21.

Consulte a íntegra do regulamento, acesse:

<https://bityli.com/BBtEq>

DESTAQUES

AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA O TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

Publicada em 23/07/2021, a Instrução Normativa nº 8, de 20 de julho de 2021, especifica as hipóteses de obrigatoriedade de emissão da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos para o transporte interestadual dos produtos eletroeletrônicos descartados e dos resíduos eletroeletrônicos, cuja emissão aplica-se o disposto na Instrução Normativa do Ibama nº 5, de 9 de maio de 2012. De acordo com esta Instrução Normativa, a Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos do Ibama também será obrigatória para o transporte interestadual de resíduos eletroeletrônicos:

- a) quando o transporte for de componentes classificados como perigosos oriundos da separação, desmontagem e descaracterização dos produtos eletroeletrônicos descartados;
- b) quando o transporte for de rejeitos perigosos, após o esgotamento de todas as possibilidades de tratamento e

recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis dos resíduos eletroeletrônicos, para locais de disposição final ambientalmente adequada. Em ambas as hipóteses, é obrigatória a inscrição do transportador no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos- CNORP.

Os transportadores que realizarem o transporte interestadual de resíduos eletroeletrônicos deverão observar, no que couber, as disposições da Resolução nº 5.232, de 14 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e em suas Instruções Complementares.

Esta Instrução Normativa entrou em vigor no dia **02 de agosto de 2021**.

Para demais informações, acesse o texto da Instrução Normativa neste [link](#).

COLETA E DESTINAÇÃO DE PNEUS INSERVÍVEIS PELOS FABRICANTES E IMPORTADORES DE PNEUS NOVOS

Publicada em 23/07/2021, a Instrução Normativa nº 9, de 20 de julho de 2021, institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.

As empresas que importam ou produzem pneus novos, com peso unitário superior a 2 kg (dois quilos), que se enquadram na posição 4011 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), conforme consta na Resolução Camex nº 125, de 15

de dezembro de 2016 e suas atualizações, estão obrigadas a efetuar a coleta e destinação dos pneus inservíveis. As empresas que fabricam ou importam pneus deverão estar inscritas no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), nos termos da Instrução Normativa nº 6, de 2013, e suas alterações.

Esta Instrução Normativa entra em vigor no dia 02 de agosto de 2021. Para demais informações, acesse o texto da Instrução Normativa neste [link](#).

NO RADAR

CONSELHOS AMBIENTAIS

Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH

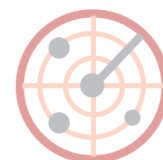
Reunião ocorreu em 29 de junho, destacando-se o debate de propostas de aperfeiçoamento da aplicação dos recursos arrecadados com a cobrança pelo uso da água, a aprovação do adiamento da revisão dos valores de cobrança nas bacias PCJ para 2023. Também ocorreu a apresentação de cronograma para elaboração de proposta de critérios para declaração de situação de criticidade hídrica no País. O setor posicionou-se favoravelmente quanto aos temas; Reuso de efluentes e dessalinização; Segurança de barragens e integração com o marco legal do saneamento básico.

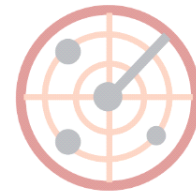
Câmara Técnica de Outorga e Cobrança do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

O setor industrial esteve representado durante a 9ª reunião da CTOC/CNRH em 09/06. Destacaram-se na pauta a discussão do item usos insignificantes e seus impactos no instrumento da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos e o início da apreciação do relatório anual de aplicação dos recursos do setor elétrico, pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA. Destaca-se a aprovação do cronograma e metodologia de trabalho para revisão de todos os decretos de cobrança nas 22 UGRHs do Estado de São Paulo visando uniformização de procedimentos nas bacias hidrográficas. As reuniões serão mensais ao longo de 2021 sobre o tema.

Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos 2020-2040

Em 08 de junho, durante oficina de diálogo com o setor industrial e mineração, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, a FIESP se posicionou quanto a necessidade de mais instrumentos de segurança hídrica, efetividade na aplicação dos recursos da cobrança, incentivo ao reúso, assim como maior integração com o marco regulatório de saneamento básico. O processo de revisão do plano ocorrerá até o final de 2021, considerando a realização de consultas públicas, oficinas e tramitação no CNRH.





Coordenação Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico/Comitês PCJ

A FIESP coordenou as 217 e 218 reuniões ordinárias da CT-MH dos Comitês PCJ, que reúne cerca de 150 representantes de usuários e organismos gestores. Dentre outras atribuições, a CT-MH delibera sobre as vazões a serem descarregadas do Sistema Cantareira para as bacias PCJ visando à manutenção das condições mínimas para o abastecimento do setor produtivo, rural e público. Nas reuniões foram avaliados os cenários de previsão meteorológica que indicam precipitações abaixo da média histórica para a estiagem 2021, assim como as ocorrências e dificuldades nas captações devido as baixas vazões e queda na qualidade. O Sistema Cantareira iniciou o mês de julho com 45% de armazenamento do volume útil.

Câmara Técnica de Planejamento do Comitês PCJ

No dia 02 de junho, ocorreu a aprovação da destinação de recursos financeiros para projetos de saneamento básico e a reativação da “Operação de Estiagem PCJ - 2021”, apoiada pela FIESP e setor dos usuários de recursos hídricos como um todo.

Comitês de Bacias Hidrográficas e Projetos FEHIDRO

O DDS esteve presente nas reuniões dos Comitês de Bacias Hidrográficas - CBH do Rio São José dos Dourados, CBH Piracicaba, Capivari e Jundiá, CBH Sapucaí Mirim e Grande, CBH Turvo Grande que dentre outros assuntos pautados, destacou-se a aprovação das diretrizes e critérios para obtenção de recursos do FEHIDRO, bem como aprovação da aprovação de indicação de projetos para obtenção de financiamento do FEHIDRO.

GRUPOS DE MEIO AMBIENTE - GMA

Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – CIESP/Jundiá

O GMA - Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho do CIESP/Jundiá promoveu no dia 09/06, juntamente com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) o webinar sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e Logística Reversa de Embalagens em Geral. No evento, foram apresentados os principais pontos da PNRS no contexto da Logística Reversa de Embalagens em âmbito nacional e estadual.

Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – CIESP/Campinas

O GMA - Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho do CIESP/Campinas realizou reunião ordinária virtual no dia 11/06. Dentre outros temas, destacaram-se as atualizações quanto ao pagamento do valor da taxa de licenciamento ambiental à CETESB e a situação hídrica das Bacias PCJ com previsão de precipitações abaixo da média histórica na estiagem 2021.

Grupo de Meio Ambiente – CIESP/Limeira

O GMA - Grupo de Meio Ambiente do CIESP/Limeira realizou reunião ordinária virtual no dia 29/06. Dentre outros temas, o Grupo encaminhou questões quanto a realização do Prêmio de Boas Práticas Ambientais e participação do setor industrial nos Comitês PCJ

Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho – CIESP/Araraquara

O GMA - Grupo de Meio Ambiente e Segurança do Trabalho do CIESP/Araraquara promoveu no dia 13/07, juntamente com o Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) o webinar sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e Logística Reversa de Embalagens em Geral. No evento, foram apresentados os principais pontos da PNRS no contexto da Logística Reversa de Embalagens em âmbito nacional e estadual.

CONHEÇA AS PUBLICAÇÕES QUE A FIESP E O CIESP DISPONIBILIZAM COM INTUITO DE INCENTIVAR E ORIENTAR AS AÇÕES DE BOAS PRÁTICAS NOS DIFERENTES SETORES PRODUTIVOS DA INDÚSTRIA PAULISTA.



Acesse:

<https://www.fiesp.com.br/guias-para-a-producao-mais-limpa/>

MONITORE

O Calendário de Obrigações Ambientais elaborado pela Fiesp/Ciesp tem como objetivo alertar as empresas quanto aos principais requisitos ambientais a serem atendidos pela indústria, bem como as informações que devem ser encaminhadas anualmente aos órgãos ambientais e os prazos para envio destas informações, evitando multas e penalidades.

30 DE SETEMBRO – Prazo final para recolhimento da GRU e pagamento da 3ª parcela de 2021 da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA

30 DE SETEMBRO – Prazo final para apresentação do Ato Declaratório Ambiental - ADA. O ADA é um documento de cadastro junto ao IBAMA que possibilita ao proprietário rural redução do Imposto Territorial Rural - ITR em até 100% sobre a área efetivamente protegida.

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES

BIODIVERSIDADE

ÂMBITO FEDERAL

Ministério do Meio Ambiente- MMA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

PORTARIA INTERMINISTERIAL MMA/MAPA nº 218, de 10/06/21

Institui Grupo de trabalho Interministerial (GTI) no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para avaliar e recomendar ações de conservação e uso sustentável para espécies pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção - Peixes e Invertebrados Aquáticos.

Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa

RESOLUÇÃO CONAVEG nº 6, de 8/07/21

Aprova o Balanço de Atividades 2020 do Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020-2023.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBio nº 2, de 26/05/21

Dispõe sobre procedimentos para planejamento e gestão da atividade de escalada em rocha nas unidades de conservação federais.

RESOLUÇÃO NORMATIVA CTNBio nº 32, de 15/06/21

Dispõe sobre as normas para liberação comercial e monitoramento de animais e vegetais Geneticamente Modificados - OGM e seus derivados de origem vegetal e animal.

INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBio nº 5, de 28/06/21

Estabelece os procedimentos para criação e implementação dos Programas de Manejo Populacional de Espécies Ameaçadas da Fauna Brasileira.

ÂMBITO ESTADUAL

Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade

PORTARIA CFB nº 7, de 31/05/21

Dispõe sobre o Protocolo de Monitoramento das áreas submetidas à Exploração Agroflorestal em Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal - RL de que tratam os artigos 12 e 32 da Resolução SMA 189, de 20/12/2018.

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA

DECRETO nº 65.774, de 07/06/21

Aprova o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, criada pelo Decreto nº 53.527, de 8 de outubro de 2008.

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo

DECISÃO DE DIRETORIA nº 067/2021/P, de 30/06/21

Revoga a Decisão de Diretoria nº 287 de 11 de setembro de 2013, que definia os procedimentos para supressão de Exemplares Arbóreos Nativos Isolados.

RECURSOS HÍDRICOS

Gabinete da Presidência da República

DECRETO nº 10.710, de 31/05/21

Regulamenta o art. 10-B da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para estabelecer a metodologia para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei nº 11.445, de 2007.

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES

MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.055, de 28/06/21

Institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos e para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

RESOLUÇÃO ANA nº 89, de 12/07/21

Altera a Resolução ANA nº 26, de 8 de maio de 2020, que delega competência para o exame, a decisão e a publicidade dos pedidos de outorga e atos deles decorrentes e dá outras providências.

Conselho Nacional de Recursos Hídricos

RESOLUÇÃO nº 225, de 23/07/21

Altera o parágrafo único do artigo 16 da Resolução CNRH nº 16, de 8 de maio de 2001, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: "Parágrafo único. Os estudos e projetos hidráulicos, geológicos, hidrológicos e hidrogeológicos, correspondentes às atividades necessárias ao uso dos recursos hídricos, deverão ser executados sob a responsabilidade de profissional devidamente habilitado junto ao conselho de fiscalização profissional competente".

ÂMBITO ESTADUAL

Conselho Estadual de Recursos Hídricos

DELIBERAÇÃO CRH nº 251, de 21/07/21

Altera as Normas Gerais de funcionamento das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e revoga a Deliberação CRH nº 119/2020.

DELIBERAÇÃO CRH nº 252, de 21/07/21

Aprova o Relatório Anual de Certificação do Alcance das Metas do período 2020 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITES, para o Estado de São Paulo

DELIBERAÇÃO CRH N. 253, DE 21/07/21

Aprova os Planos de Trabalho das Câmaras Técnicas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CRH para o período 2021/2022.

DELIBERAÇÃO CRH nº 254 de 21/07/21

Aprova critérios para priorização de investimentos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) nas indicações ao FEHIDRO, revoga a Deliberação CRH nº 188, de 09/11/2016, e dá outras providências.

Comitês de Bacias Hidrográficas

DELIBERAÇÃO CBH-SMT nº 432, de 18/06/21

Aprova parecer da Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos - CT-PLAGRHI, do CBH-SMT, sobre atividade de pesquisa mineral em área situada na APA Itupararanga, no município de Ibiúna-SP.

MUDANÇA DO CLIMA

ÂMBITO FEDERAL

Agência Nacional de Petróleo - ANP

RESOLUÇÃO ANP nº 843, de 21/05/2021

Altera a Resolução ANP nº 791, de 12 de junho de 2019, que dispõe sobre a individualização das metas compulsórias anuais de redução de emissões de gases geradores do efeito estufa para a comercialização de combustíveis, no âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), para incluir hipótese de redução das metas prevista no art. 3º da Resolução CNPE nº 8, de 18 de agosto de 2020.

ÂMBITO ESTADUAL

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente

DECRETO nº 65.881, de 20/07/21

Dispõe sobre a adesão do Estado de São Paulo às campanhas "Race to Zero" e "Race to Resilience", no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, e dá providências correlatas.

DIPLOMAS LEGAIS RECENTES

QUALIDADE DO AR

ÂMBITO ESTADUAL

Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA

DELIBERAÇÃO CONSEMA nº 4, de 19/05/21

Convalida o Estudo Técnico da Cetesb para avaliação e proposta de início de vigência da Meta Intermediária Etapa 2 (Mi2).

RESÍDUOS SÓLIDOS

ÂMBITO FEDERAL

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 8, DE 20/07/21

Regulamentar o inc. I, art. 8º do Decreto nº 10.240/2020, e especifica as hipóteses de obrigatoriedade de emissão da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos para o transporte interestadual dos produtos eletroeletrônicos descartados e dos resíduos eletroeletrônicos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA nº 9, DE 20/07/21

Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, de 30 de setembro de 2009, pelos fabricantes e importadores de pneus novos, sobre coleta e destinação final de pneus inservíveis.

ÂMBITO ESTADUAL

Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB

DECISÃO DE DIRETORIA nº 047/2021//C, de 29/04/21

Dispõe sobre o procedimento para recebimento e tratamento de resíduos de serviço de saúde classificados como Grupo B conforme resolução CONAMA 358/2005 e resíduos equiparáveis, nas unidades de tratamento térmico com combustão.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

ÂMBITO FEDERAL

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

PORTARIA IPHAN nº 25, de 15/06/21

Estabelece os critérios para fins de operacionalização do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio - SAIP e os critérios para análise manual da Ficha de Caracterização de Atividade - FCA no âmbito dos processos de licenciamento ambiental em que o Iphan participe.

ÂMBITO ESTADUAL

Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente - SIMA

RESOLUÇÃO SIMA nº 76, DE 8/07/21

Suspende temporariamente os efeitos da Resolução SIMA 63, de 10-06-2021, que estabelece procedimento para análise do processo de licenciamento da atividade de preparo de resíduos para coprocessamento em fornos de clínquer



ECONOMIA CIRCULAR

Conheça nosso portal, acesse o link: <http://economiacircular.fiesp.com.br/pt/index.html>

ODS

A CONTRIBUIÇÃO DO SETOR PRODUTIVO PAULISTA PARA O ALCANCE DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2015, líderes de governo reunidos na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável aprovaram, por consenso, o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”.

A Agenda traz 17 objetivos para alcançar o desenvolvimento sustentável até o ano 2030, conhecidos desde então como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), uma continuação ampliada dos chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a partir dos quais foram complementados para responder a novos desafios. São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Fiesp e o Ciesp, comprometidos com a facilitação da Agenda 2030 no Brasil e com o engajamento de cada vez mais atores, destina essa seção do Informe Ambiental para divulgar os ODS por meio de casos concretos, que podem ser utilizados como benchmarkings.

A seguir, destacamos o case da empresa Whirlpool Latin America

Fonte: Nações Unidas

Link encurtado: <https://goo.gl/4kwtvx>

Clique no link

Empresa: Whirlpool Latin America – Rio Claro

Projeto: Programa Whirlpool de Sustentabilidade Hídrica

A Whirlpool Corporation do Brasil é o negócio de eletrodomésticos da Whirlpool S.A – maior fabricante de eletrodomésticos do mundo, presente no país com as marcas Brastemp, Consul e KitchenAid. No Brasil são cinco unidades, sendo três fábricas – Rio Claro (São Paulo), Manaus (Amazonas) e Joinville (Santa Catarina) e dois centros administrativos, gerando um total de onze mil empregos diretos.

O projeto apresentado - Programa Whirlpool de Sustentabilidade Hídrica foi desenvolvido na planta industrial de Rio Claro, onde a Whirlpool possui um background robusto de gestão ambiental, sendo as ações tomadas pela empresa pautadas primordialmente pela estratégia de sustentabilidade da corporação. O objetivo do programa foi reduzir a captação de água da rede pública, assim como de fontes alternativas, por meio de boas práticas de gestão hídrica, ações estas que incluíram a ampliação do reuso de água, através da ampliação da capacidade de tratamento e melhoria tecnológica da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE, implementação de sistema de captação de água pluvial para fins não potáveis e implementação de mictório a seco. Ainda, o Programa considerou o pilar de educação ambiental através de fomento do consumo consciente de água por parte dos colaboradores. Para tal, a iniciativa criou o grupo Guardiões Ambientais, formado por colaboradores de diversas áreas com o objetivo de disseminar as boas práticas ambientais na empresa e na comunidade. Campanhas e ações de conscientização sobre a questão de escassez de água foram realizadas com todos os colaboradores da empresa. Como resultado, a empresa reduziu 2.119 m³/mês no consumo e captação de água subterrânea, o que representa uma redução média de 15% no consumo do recurso hídrico, saindo de um consumo médio de 14.014 m³/mês para 11.895 m³/mês. O resultado das diversas ações técnicas e de conscientização culminou em uma redução de 63% no consumo de água por unidade de produto produzido.



ODS RELACIONADOS A ESSE PROJETO:



AGENDE-SE



12.09 - 14h00

Webinar OFFSETS FLORESTAIS E SOLUÇÕES BASEADAS NA NATUREZA



Em sua série de webinars mensais para compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de capacidades nos mercados de carbono, em parceria com iniciativa regionado do BID e GIZ, o Laboratório de Inovação Financeira promoverá o evento on-line Offsets Florestais Baseadas na Natureza. Maiores informações, acesse o link <https://bityli.com/HnzWm>

25/09 e 26/09

Semana Mundial da Água - "Word Water Week 2021"



O movimento, que acontece há 30 anos, é organizado pela SIWI e tem foco na transformação dos desafios globais da água.

Nesta edição, a Rede Brasil do Pacto Global contribui em dois painéis:

25.09 - Water Footprint Tool: helping companies to achieve water resilience

26.09 - Solutions for water access improvement in rural communities in Brazil

Maiores Informações, acesse o link: https://lnkd.in/dtJ_UxC

Conheça o Monitore



O **MONITORE** é um sistema de gerenciamento das obrigações ambientais e outras, **gratuito aos filiados a FIESP via Sindicatos e associados do CIESP**. Sistema fácil de navegar, cuja ferramenta torna muito mais prática a forma de organizar e ser alertado sobre os prazos das obrigações. Faça o cadastro e comece a monitorar as obrigações ambientais!

MONITORE AS OBRIGAÇÕES AMBIENTAIS DE SUA EMPRESA, ACESSE O APP

EXPEDIENTE

O Informe Ambiente é uma publicação do Departamento de Desenvolvimento Sustentável (DDS) da Fiesp e da Diretoria do Ciesp.

Circulação bimestral

Fotografias: Ayrton Vignola, Everton Amaro e Karim Kahn

Comentários e sugestões: Tel. (11) 3549-4675 | Fax: 3549-4237 | cdma@fiesp.com.br | www.fiesp.com.br

Autorizada a reprodução, agradecendo-se a citação da fonte.

Para receber este e outros conteúdos é necessário que faça o cadastro através do link: www.fiesp.com.br/cadastro



FIESPAMBIENTAL